

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED

**NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS DE INCLUSÃO – NEPIE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS INCLUSIVOS**

Cândida Clenir da Costa Peres Westphal

**A Inclusão de Educandos com Necessidades Especiais nas Escolas da
Rede Pública Municipal de Camaquã**

Porto Alegre

2009

Cândida Clenir da Costa Peres Westphal

**A Inclusão de Educandos com Necessidades Especiais nas Escolas da
Rede Pública Municipal de Camaquã**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Baptista

Porto Alegre

2009

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha irmã, Ângela, e a uma pessoa muito especial, a qual ensinou-me o valor do conhecimento e que nunca mediu esforços para que eu aprendesse, tendo dignificado seu nome de Mãe.

Agradecimentos

Há uma pessoa em especial a quem gostaria de agradecer por ser companheiro e incentivador das empreitadas profissionais e acadêmicas, as quais tenho dedicado-me durante os últimos vinte e três anos de nossa convivência e construção familiar: ao meu esposo, Erno.

Agradeço à amiga Zilma que, além de acolher-me em seu lar durante as noites de sexta-feira, revelou-se uma importante incentivadora para que eu continuasse caminhando de encontro ao que me propusera.

Agradeço carinhosamente à minha filha, Mariá, que, na minha ausência, tomava para si a tarefa de supervisionar o lar, entre outras tarefas ainda mais importantes, que a revelaram uma pessoa muito especial e solidária, assim como devo agradecer ao meu filho, Arthur, que, mesmo sob protesto, sempre tinha para mim um beijo de boa viagem!

Meu reconhecimento aos idealizadores do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, a todos os professores e colaboradores envolvidos para a realização do mesmo.

Em especial, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Claudio Baptista, por seu empenho e preocupação constantes para que nós, alunos, fôssemos sempre valorizados e bem atendidos. Obrigada!

Também foram muito importantes nessa caminhada a Secretaria Municipal de Educação do município de Camaquã, na pessoa da Coordenadora da Educação Especial, e a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Belchior Marques Goulart, na qual fui bem recebida durante a pesquisa.

Meus agradecimentos finais aos colegas, pessoas muito especiais! Nossa convivência construiu algo que deve ser guardado carinhosamente em nossas lembranças.

Estamos, pois, num momento muito sério em termos de decisões e de ações; o avanço das ideias e dos ideais precisa concretizar-se no cotidiano das escolas sem desmontes, sem medidas apressadas e sem a perpetuação do statu quo e que não deu certo.

(CARVALHO, 2007)

“... antes de repensar as reformas, precisamos reformar os pensamentos...”

(CARVALHO, 2008)

RESUMO

De acordo com o Censo/Inep/MEC/2008, nos encontramos num momento que revela o aumento das matrículas na Educação Básica, com aumento das matrículas na escola pública e do atendimento aos educandos com NEE. O texto apresenta uma pesquisa qualitativa realizada com a intenção de coletar informações sobre o processo de inclusão de educandos com necessidades educativas especiais no ensino comum das escolas regulares da Rede Municipal de Educação do município de Camaquã no estado do Rio Grande do Sul. Apresenta dados e informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação – SME – e relato da visita a uma das escolas da rede. Procede à análise de aspectos do processo de inclusão de educandos com necessidades especiais no ensino comum da rede pública municipal de Camaquã, priorizando para análise os aspectos referentes à matrícula, à distribuição de alunos com NEE na rede, quantidade e tipologia informada, processo de identificação desses alunos, formação dos professores, organização de redes de apoio, os espaços físicos das escolas e recursos didático-pedagógicos. Faz referência às percepções das diferentes instâncias sobre o processo de inclusão, em fase de implementação progressiva de recursos para o atendimento de educandos com NEE na referida rede municipal de ensino.

Palavras-chave: Educação especial. Inclusão escolar. Necessidades educativas especiais.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da matrícula na Educação Especial por tipo de atendimento – Brasil 2003 – 2008	21
TABELA 2 – Matrícula Inicial – Rede Municipal de Ensino de Camaquã – Inep/Censo Escolar 2008	28
TABELA 3 – Quantidade de encaminhamentos para avaliações de acordo com o nível de ensino na Rede Municipal de Ensino de Camaquã	29
TABELA 4 – Quantidade e tipologia de educandos com necessidades educativas especiais informados pelas escolas da Rede Municipal de Ensino de Camaquã	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	11
2.1 SÍNTESE HISTÓRICA DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA	11
2.2 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PNEI/2008	15
2.2.1 Objetivo da PNEI/2008	15
2.2.2 Alunos atendidos pela Educação Especial – PNEI/08	15
2.2.3 Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	17
2.2.3.1 Atendimento Educacional Especializado – AEE	17
2.2.3.2 Serviços do AEE	18
2.2.3.3 Formação do Professor da Educação Especial	19
2.3 DADOS CENSITÁRIOS: CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PESQUISA: MEC/INEP/CENSO/2008	19
2.4 DADOS CENSITÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL / CENSO2008	22
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA	23
3.1 MÉTODO QUALITATIVO	23
3.2 PARTICIPANTES	23
3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	23
3.4. ANÁLISE DE DADOS	24
4 A PESQUISA	25
4.1 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ	25
4.2 APRESENTAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMAQUÃ ..	26
4.2.1 Dados Estatísticos da Rede Municipal de Educação de Camaquã	27
4.3 DESCRIÇÃO DA ESCOLA	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

APÊNDICES

APÊNDICE A – Perguntas direcionadas à Secretaria Municipal de Educação – SME	41
APÊNDICE B – Perguntas direcionadas à Direção na Escola	44
APÊNDICE C – Perguntas direcionadas à Supervisão na Escola	45
APÊNDICE D – Perguntas direcionadas às Professoras do Ensino Regular	46
APÊNDICE E – Perguntas direcionadas à Professora da Sala de Recursos	47
APÊNDICE F – Autorização – SME	48
APÊNDICE G – Autorização – Escola	49

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional implica numa reciprocidade nas relações num ambiente naturalmente caracterizado pela diversidade que cada um traz consigo. Os educandos só podem ser considerados incluídos quando vivenciam acolhimento e respeito às suas necessidades individuais. Incluir está ligado a ações estratégicas que visem ao desenvolvimento do educando dentro de um contexto humanizador e cidadão. Incluir não pode ser apenas colocar num grupo, numa sala de aula, numa escola comum. A inclusão educacional começa com a garantia de vagas para todos, mas só se efetiva com a permanência e transitoriedade do educando pelos níveis da educação básica.

As Conferências Internacionais de Jomtien (1990) e Salamanca (1994) se constituíram em eventos precursores ao que hoje, no Brasil, denominamos educação inclusiva. E, embora o sistema educacional não tenha evoluído com rapidez e eficiência através do tempo, a universalização (Jomtien, 1990) do acesso à escola ampliou a possibilidade de desenvolvimento dos processos inclusivos, isto é, o direito à educação deve beneficiar a todo e qualquer grupo, que, por padrões políticos e/ou culturais de uma determinada época, tenha sido excluído do acesso à educação.

A inclusão deve contemplar um conjunto de ações estratégicas com a função de assegurar o acesso e a permanência do educando no ensino regular e uma formação de qualidade que o permita sentir-se parte de uma realidade não segregada.

... Incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados... No contexto desta Estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização... Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva... O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, pg. 03).

É meu desejo, como professora e supervisora escolar da escola pública da rede estadual do Rio Grande do Sul, conhecer e compartilhar estratégias que viabilizem o percurso dos educandos com necessidades educativas especiais pelo ensino comum dentro de uma lógica pedagógica voltada à inclusão de qualidade.

Pertencendo eu à escola pública estadual e tendo mantido nos últimos dezesseis anos contato direto com seus entraves e dificuldades para viabilização dos processos inclusivos, proponho neste trabalho uma pesquisa junto à Secretaria Municipal de Educação de Camaquã com a intenção de apropriar-me de um outro contexto, que não o da escola pública estadual, coletando informações sobre o processo de inclusão de educandos com necessidades educativas especiais no ensino comum das escolas regulares desta rede de ensino.

Serão apresentados dados e informações fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação – SME – e relato da visita a uma das escolas da rede. Procederei à análise de aspectos do processo de inclusão de educandos com necessidades especiais no ensino comum da Rede Pública Municipal de Camaquã, priorizando para análise os aspectos referentes à distribuição de alunos com NEE na rede, quantidade e tipologia informada, processo de identificação desses alunos, formação de professores, organização de redes de apoio, organização dos espaços físicos das escolas e recursos didático-pedagógicos.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1 SÍNTESE HISTÓRICA DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA

É preciso entender a educação dentro de um contexto histórico. A análise das transformações sociais e das estruturas de poder oportuniza relacionar as necessidades educacionais de determinado período histórico com a evolução dos processos de escolarização. E, dessa forma, entender que todo processo de organização e reconhecimento da educação como direito cidadão não aconteceu de forma linear.

Temos, no Brasil, como marco do início de atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais, na educação especial, o ano de 1854, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, e, em 1857, o Instituto dos Surdos Mudos, hoje denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos, ambos localizados no Rio de Janeiro.

Nosso país relegou, por um longo período, o reconhecimento e a atenção que o assunto inclusão merece, deixando a educação especial no âmbito da filantropia, entendida como benesse que privilegiava a poucos, marginalizando, também, por um longo tempo, os menos favorecidos economicamente que nasceram com alguma “anormalidade”, dando, assim, sustentabilidade à situação de segregação em instituições especializadas no início do século XX¹.

Durante a década de 60, o atendimento educacional às pessoas deficientes teve fundamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que sinalizava o direito dos “excepcionais” de receberem educação preferencialmente no sistema geral de ensino (LDBEN, Lei 4.024/61).

Nos anos 70 – (Lei 5.692/71) –, a forma de gerenciamento do Estado não organizou um sistema educacional capaz de dar conta das necessidades educativas especiais. Ganharam força as escolas especiais e classes especiais, alicerçadas no conceito de normalidade/anormalidade, de cunho substitutivo ao ensino comum e atendimento clínico-

¹ 1926: fundação do Instituto Pestalozzi.

1945: criação do primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

1954: fundação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

terapêutico, com embasamento em testes psicométricos e diagnósticos, responsáveis por práticas pedagógicas voltadas às “deficiências”, considerando-as consolidadas.

Por exemplo: os cegos, os surdos e deficientes físicos foram tratados como dependentes, declarados improdutivos e incapazes de conviverem com os ditos “normais”, a ponto de se convencerem de que o melhor era viver de forma protegida da sociedade.

Desde a Constituição Federal de 1988, o Estado, buscando promover a democratização do ensino, reconhece o direito cidadão de escolarização a uma parcela da população que muito tem lutado para efetivação da inclusão na escola e na sociedade, ao garantir, como dever do Estado, a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990) e a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) passaram a influenciar a elaboração de políticas públicas voltadas à efetivação da inclusão escolar, e, ainda em 1994, é publicada no Brasil a Política Nacional de Educação Especial, porém, a mesma não surte o efeito esperado de “integração institucional”, por supor uma homogeneidade e considerar que, para ser incluído ao ensino regular, os educandos com NEE deveriam participar das condições comuns de ensino e aprendizagem. Sem o olhar individualizado para atendimento das necessidades educacionais especiais e valorização das diferenças, a tarefa de ensinar esses educandos manteve-se, na prática, no âmbito das escolas especiais.

Em 1996, entra em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96 –, a qual anuncia aos sistemas de ensino que a escola deve se adaptar para atender às necessidades educativas especiais, e aponta a necessidade de modificações na organização pedagógica, na (re)estruturação dos ambientes escolares e no planejamento do processo de inclusão, para que sejam proporcionados aos educandos com necessidades educativas especiais o convívio e a aprendizagem em classes comuns do ensino regular, acesso e transitoriedade pela educação básica.

Em 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/01) passam a determinar que os sistemas de ensino deveriam matricular todos os alunos; que caberiam às escolas a organização para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais e a responsabilidade de proporcionar a estes, assim como aos demais, uma educação de boa qualidade. Porém, essas determinações não

foram suficientes para que se disparasse o processo de inclusão no ensino público, o qual deveria implementar o atendimento educacional especializado de caráter complementar ou suplementar à escolarização no ensino regular, o que levaria gradativamente à descaracterização do atendimento em classes especiais em funcionamento dentro das escolas públicas.

Os anos subsequentes, de acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/01 –, deveriam cumprir o propósito de “construção de uma escola inclusiva com garantia de atendimento à diversidade humana”. Para isso, durante a “década da educação”, seriam necessárias e indispensáveis ações que dessem conta da acessibilidade física, da garantia de vagas para educandos com NEE na educação básica, da formação e qualificação de gestores e professores, além de investimento no atendimento educacional especializado na rede pública de ensino.

A Lei nº 10.436/02 começa a reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma legal de comunicação e expressão, determinando a responsabilidade das instituições educacionais em apoiar e difundir o uso da mesma, incluindo-a como disciplina integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

A Portaria nº 2.678/02 aprova diretriz e normas para uso, ensino, produção e difusão do Sistema Braille (Grafia Braille para a Língua Portuguesa) em todas as modalidades de ensino para todo o país.

Em 2003, o MEC – Ministério da Educação – cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade com a intenção de transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, com ações incidindo diretamente na formação de gestores e professores nos municípios, com a finalidade de garantir o direito de acesso à escolarização para todos os educandos, a organização do atendimento educacional especializado (AEE) e a acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal divulga um importante documento intitulado O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, objetivando pôr as escolas e a sociedade em contato com a tendência mundial para a inclusão, reiterando o direito e os possíveis benefícios da escolarização de educandos com e sem necessidades educativas especiais, convivendo e aprendendo juntos nas classes comuns do ensino regular.

Nesse mesmo ano, o Programa Brasil Acessível é implementado para viabilizar ações que garantam a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com o propósito de promover a inclusão social e educacional.

Em 2005, através do Decreto nº 5.626/05, é regulamentada a inclusão dos educandos surdos, dispondo sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professores, instrutor e tradutor/intérprete de Libras e a organização da educação bilíngue no ensino regular, passando a considerar a Língua Portuguesa a segunda língua para os educandos surdos.

Ainda em 2005, são implantados os Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todos os estados e no Distrito Federal. São formados centros de referência para AEE aos educandos com altas habilidades/superdotação, orientação às famílias e formação continuada para professores. Nesse período, difundem-se orientações para organização da política de educação inclusiva visando à inclusão e ao atendimento desses alunos nas redes públicas de ensino.

Em 2006, é lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o qual, dentre suas ações, objetiva promover, usando o currículo do ensino básico, as temáticas que se referem às pessoas com NEE, de modo que venham a ser desenvolvidas ações que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência no ensino superior.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, apresenta a intencionalidade de impulsionar a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educativas especiais até o ensino superior.

Dentre as ações do Ministério da Educação, também em 2007, deu-se início à elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com versão final apresentada em janeiro de 2008. O documento apresenta, entre outros aspectos, um diagnóstico da educação especial e as diretrizes da referida política para os sistemas e redes de ensino.

É possível perceber que, obedecendo a uma ordem cronológica ininterrupta, a partir de 2001 o Brasil tem legislado e trabalhado na criação de políticas públicas, buscando concretizar as metas do PNE, numa sequência de ações que têm como finalidade preparar os sistemas de

ensino e as escolas para o aumento do número de educandos com necessidades educativas especiais na rede pública até 2010.

2.2 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PNEI/2008

2.2.1 Objetivo da PNEI/2008

A atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pretende cumprir a intencionalidade de uma educação de qualidade para todos, em defesa do direito de todos os alunos frequentarem a escola regular, beneficiando-se do convívio e da aprendizagem em contraposição às diversas formas de discriminação e superação da lógica da exclusão.

2.2.2 Alunos atendidos pela Educação Especial – PNEI/2008

A PNEI/2008 define, na perspectiva da educação inclusiva, o público-alvo da educação especial na escola regular em classes do ensino comum:

- Alunos com deficiência: “aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringido sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade”
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: “são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo”. Nesse grupo, encontram-se educandos com autismo, síndromes do espectro autista e psicose infantil
- Alunos com altas habilidades/superdotação: “demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse”

- Alunos com transtornos funcionais específicos: os mais comuns são dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

Cabe comentar que o recebimento de diagnósticos clínicos de transtornos globais do desenvolvimento é uma situação cada vez mais comum na escola pública. Os diagnósticos constituem um aspecto que merece cuidado e atenção para que o educando não se torne estigmatizado.

Como foram identificadas as necessidades educativas especiais do aluno? Em que contexto foram avaliadas suas potencialidades? De que lugar a escola vê este educando? Que lugar está sendo atribuído a ele no contexto escolar? Que tipo de intervenções seria produtivo?

Quando a escola carece de análise destas e de outras questões relativas às necessidades educacionais do educando, corre-se o risco de encaminhamentos inadequados. Com a intenção de esclarecer os sistemas de ensino e suas escolas no encaminhamento dos educandos ao AEE, foi criado o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 (art. 1º), com a finalidade de regulamentar o parágrafo único do art. 60 da LDBEN/96, apresentando em seu texto a garantia de apoio técnico aos sistemas públicos de ensino para ampliação da oferta de atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educativas especiais caracterizadas por **deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação**, matriculados no ensino regular da rede pública.

O referido decreto, em seus art. 2º e 3º, reitera a intencionalidade de atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais para alunos com tais especificidades, sendo atendidos por professores especializados de forma complementar ou suplementar paralelamente ao e no ensino regular.

É importante observar que a garantia de transversalidade das ações da educação especial e o incentivo ao desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos, bem como iniciativas, parcerias e estratégias que impulsionem o processo de ensino e aprendizagem encontram-se respaldadas na PNEI/08 e devem integrar a proposta político-pedagógica da escola regular, de modo a beneficiar os educandos com NEE, mesmo que estes não se encontrem nas especificidades de deficiência, dos transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sendo atendidos de forma complementar em outros espaços pedagógicos que não especificamente em salas de recurso, como é o caso dos atendimentos

prestados pelos laboratórios de aprendizagem (por exemplo, nas escolas da rede municipal de Porto Alegre) aos educandos com transtornos funcionais específicos.

2.2.3 Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Da articulação prevista entre a educação especial e o ensino regular, surge a responsabilidade da escola de oportunizar o desenvolvimento humano e intelectual de todos os alunos, gerenciando a heterogeneidade.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (PNEI/2008, p. 16).

Suas ações devem ser orientadas pelas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que têm por finalidade assegurar o acesso ao ensino regular, permanência e continuidade pelos níveis de ensino; transversalidade da modalidade de educação especial da educação infantil ao ensino superior; oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE); formação de professores para atuação no AEE e demais profissionais da educação com vistas à inclusão; participação democrática da família e da comunidade na qual a escola se encontra inserida; acessibilidade arquitetônica (no espaço físico, mobiliário escolar e nos transportes), nas comunicações e informações, e a articulação com diferentes setores públicos e da sociedade objetivando a implementação das políticas públicas.

A Política de Educação Especial cria referenciais para a construção de um paradigma educacional inclusivo, o que nos oportuniza supor um confronto entre práticas discriminatórias enraizadas e alternativas pedagógicas para superação das mesmas.

2.2.3.1 Atendimento Educacional Especializado – AEE

“O AEE identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.” (2008, p.16)

As atividades que são desenvolvidas no AEE não devem assumir caráter substitutivo ao trabalho da sala comum do ensino regular em nenhuma etapa da escolarização. As atividades realizadas neste espaço visam ao atendimento complementar e/ou suplementar com a finalidade de desenvolver nos alunos a autonomia e a independência necessárias para o cotidiano dentro e fora da escola. O AEE não reproduz nem executa as tarefas da sala de aula comum, embora “disponibilize programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva” (2008, p. 16). Durante todo o processo de escolarização, o trabalho realizado no AEE deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino regular, cumprindo a função de apoiar o desenvolvimento dos educandos, orientando-os e aos seus professores, constituindo também uma rede de troca de informações que favoreçam o crescimento do educando em ambos os espaços.

O atendimento especializado constitui oferta obrigatória em todas as etapas e modalidades da educação básica², tendo sua organização sob responsabilidade dos sistemas de ensino e desenvolvimentos de suas atividades em turno inverso ao da classe comum, podendo ser oferecido no próprio espaço da escola ou centro especializado, podendo articular suas ações com os serviços de saúde e assistência social, principalmente no atendimento às crianças da educação infantil com idade de zero a três anos, através dos serviços que realizam a estimulação precoce nesta faixa etária.

“Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos.” (2008, p.17) Nesta modalidade, as ações visam ao planejamento e à organização de recursos e serviços que deem conta dos processos seletivos e, posteriormente, do desenvolvimento de todas as atividades acadêmicas.

2.2.3.2 Serviços do AEE

A organização da educação especial em uma perspectiva inclusiva cabe aos sistemas de ensino. Os mesmos são responsáveis por prover e disponibilizar às suas escolas:

² Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA e Educação Profissional. Educação Indígena, do campo e quilombola, considerando as diferenças socioculturais destes grupos.

- Instrutor de Libras
- Tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa
- Guia intérprete
- Monitor ou cuidador para alunos com necessidade de apoio para realização das atividades cotidianas que exigem auxílio e cuidados constantes.

2.2.3.3 Formação do Professor da Educação Especial

Para atuação na educação especial, o professor precisa ter como base da sua formação conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos na área da educação especial. Esses conhecimentos o habilitam para atuação no AEE³ e interatividade interdisciplinar com o ensino regular.

Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (PNEI/2008, p.18)

2.3 DADOS CENSITÁRIOS: CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA /2008 – PESQUISA: MEC/INEP/CENSO/2008

Os números do Censo/2008 foram considerados caracterizadores de um momento de estabilidade para a Educação Básica brasileira. As estatísticas informam que a matrícula geral do ensino básico aumentou em 0,4%, o que corresponde à variação de 53.028.928, em 2007, para 53.232.868, em 2008.

De acordo com os dados estatísticos informados, a Educação Básica é prioritariamente realizada pelo poder público, o qual arca com 86,7% das matrículas, enquanto que apenas 13,3% das matrículas pertencem à rede privada de ensino.

Cabe ressaltar que 46% das matrículas no ensino público pertencem às redes municipais de ensino, correspondendo a 24.500.852 alunos. O atendimento público à Educação Infantil e Ensino Fundamental hoje é realizado, na maior parte, sob a

³ AEE para a oferta dos serviços e recursos da educação especial em: salas de recursos, centros de atendimento educacional especializado, núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, classes hospitalares e ambientes domiciliares.

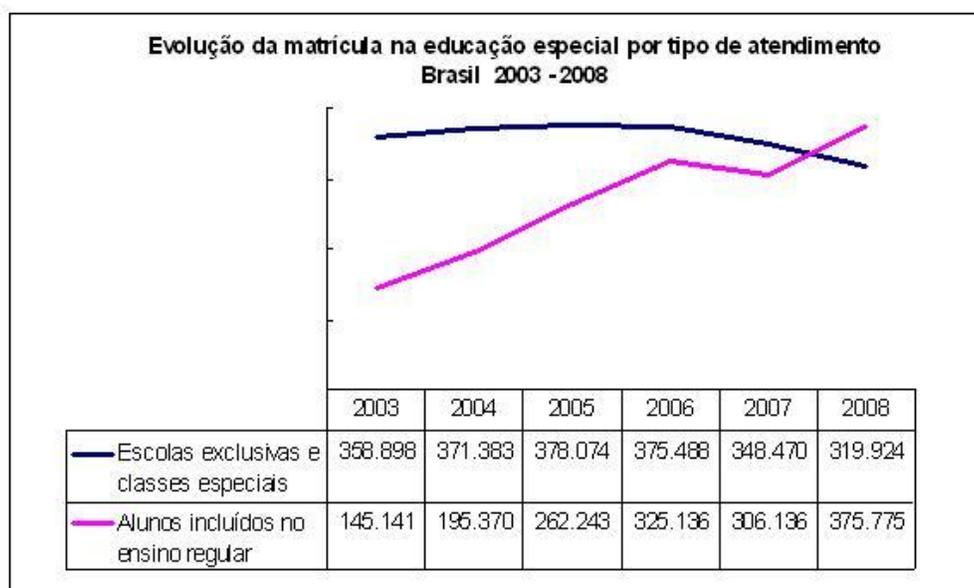
responsabilidade dos municípios, o que nos leva a considerar a intensificação do processo de municipalizações da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, relegando para os Estados a responsabilidade de oferta e manutenção do Ensino Médio, já que a Educação Profissional tem sido oferecida em maior escala pela rede privada. O aumento da quantidade de matrículas nas redes municipais implica diretamente na proporcionalidade dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) repassados aos municípios.

Quanto ao desenvolvimento da Educação Especial, o Censo/2008 computou 695.699 alunos com NEE (1,3% da matrícula da Educação Básica), dos quais 375.775 alunos foram matriculados em classes comuns do ensino regular e da EJA, correspondendo a um percentual de 54% das matrículas de educandos com NEE no ensino comum em 2008, superando os 46,8% registrados no ano anterior.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da matrícula na Educação Especial por tipo de atendimento⁴, permitindo uma comparação entre os números de 2007 e 2008 anteriormente citados, oportunizando, também, comparar informações dos anos anteriores correspondentes a um período de seis anos no cenário da educação especial brasileira.

⁴ Escolas especiais e classes especiais.
Inclusão no ensino regular.

Tabela 1 – Evolução da matrícula na Educação Especial por tipo de atendimento
Brasil 2003 – 2008



Fonte: MEC/Inep

Embora seja apontada uma queda nas matrículas da Educação Especial desenvolvida em classes e escolas especiais, do total das 319.924 matrículas computadas por dependência administrativa⁵, o Censo/2008 (MEC/Inep/Deed) revela que o atendimento na Educação Especial desenvolvido em escolas com classes especiais ou escolas especializadas acontece, majoritariamente, na rede privada de ensino, registrando o atendimento de: 0,3% dos educandos na rede federal; 14,6% dos educandos na rede estadual; 64,2% dos educandos na rede privada e 20,9% na rede municipal.

A julgar pelos números e percentuais, os dois últimos anos representam considerável avanço em quantidade de matrículas de educandos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino na Educação Básica.

Porém, mesmo que a referida matrícula continue a apresentar dados estáveis ou de crescimento, isso não significa, necessariamente, um salto na qualidade do atendimento oferecido aos educandos com NEE no ensino regular. É preciso, sim, que continuemos a prestar atenção às principais necessidades da escola pública: a qualificação dos professores; os índices de abandono, infrequência, reprovação e repetência; a importância da participação dos

⁵ Ensino: Federal, Estadual, Municipal e Privado.

segmentos da comunidade no planejamento e desenvolvimento do trabalho da escola, visando que a mesma atenda às especificidades da realidade na qual se insere.

2.4. DADOS CENSITÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL – CENSO/2008

De acordo com os números divulgados pelo Censo/2008, no Rio Grande do Sul, em 2007, encontravam-se matriculados na Educação Básica 2.602.269 educandos, enquanto que, em 2008, foram computadas 2.557.665 matrículas, correspondendo a 44.604 matrículas a menos (- 1,7%).

Na Educação Especial, o Rio Grande do Sul registrou, em 2008, 24.306 matrículas em escolas especiais ou classes especiais, demonstrando 1.468 matrículas a menos que em 2007, quando esse número correspondia a 25.774.

Quanto à quantidade de matrículas referentes aos educandos com necessidades educativas especiais em classes comuns do ensino regular, o Censo/2008 identificou para o Rio Grande do Sul 8.179 matrículas a mais, totalizando 25.638 alunos com NEE, sendo que, em 2007, os números correspondiam a 17.459 matrículas no ensino regular e EJA, traduzindo esta diferença por uma variabilidade de 46,8 pontos percentuais.

As atuais estatísticas, referentes a 2008, demonstram que a região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) aparece na terceira colocação em quantidade de educandos com NEE na Educação Básica, incluídos no ensino regular em classes comuns, sendo a primeira colocação reservada à região Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e o segundo lugar à região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia).

Cabe ressaltar que, ao analisar os dados dos Estados componentes da região Sul, o Rio Grande do Sul, em comparação a Paraná e Santa Catarina, apresentou um posicionamento numérico superior em relação à quantidade de alunos com NEE matriculados na Educação Básica, incluídos no ensino regular em classes comuns.

De modo geral, os dados numéricos se referem ao princípio de universalização do ensino, o qual se viabiliza com o acesso à educação através da garantia e ampliação da quantidade de vagas para a Educação Básica.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1 MÉTODO QUALITATIVO

O presente trabalho é de natureza qualitativa por apresentar uma pesquisa com base descritiva e analítica; debruçar-se sobre objeto complexo não-quantificável; basear-se em diferentes elementos para a coleta de dados não objetivando quantificação estatística nem comprovação de hipóteses.

Foi realizado um estudo qualitativo que implicou na coleta de informações junto à Divisão de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Camaquã/SME – interior do Rio Grande do Sul – e visita a uma Escola Municipal da rede para observação, entrevistas através de formulários escritos e interlocução com profissionais da escola.

3.2 PARTICIPANTES

- Coordenação da Divisão de Educação Especial da SME
- Direção e Supervisão da E. M. F. João Belchior Marques Goulart
- Professoras da E. M. F. João Belchior Marques Goulart.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

A pesquisa desenvolveu-se através do contato mantido com a Coordenação da Educação Especial/SME, que forneceu dados e informações a partir de quarenta e uma perguntas escritas referindo-se à estrutura e organização da rede municipal, coletando informações gerais sobre a rede e específicas da Educação Especial. Ao aguardar pelas informações da SME, efetuou-se uma visita à E. M. F. João Belchior Marques Goulart, indicada pela Secretaria por ter tomado a iniciativa de montar uma Sala de Recursos que, futuramente, será transformada em Sala de Recursos Multifuncionais.

Na escola, visitei a Sala de Recursos, tecendo observações enquanto alguns alunos eram atendidos; circulei por todo o espaço físico da escola; conversei com a supervisão das séries iniciais e com a vice-direção do turno da manhã; tive acesso ao texto do Projeto

Político-Pedagógico e distribuí entrevistas escritas à Supervisão, à Direção, a duas professoras das séries iniciais do ensino regular e à responsável pela Sala de Recursos. Os formulários retornaram após cerca de quinze dias, com exceção das perguntas deixadas à professora da Sala de Recursos.

De posse do material respondido pela SME – via e-mail – e dos formulários preenchidos pela escola, passei à descrição da Rede Municipal de Educação e à análise subjetiva do conteúdo das entrevistas, observações e demais informações obtidas.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados pesquisados priorizou os aspectos referentes à distribuição de alunos com NEE nas escolas da Rede Municipal: quantidade e tipologia informada; processo de identificação desses alunos; formação dos professores; organização de redes de apoio; acessibilidade física nas escolas; recursos didático-pedagógicos.

4 A PESQUISA

Os dados estatísticos pesquisados demonstram um aumento das matrículas na Educação Básica, mantendo uma estabilidade nos dois últimos anos, com aumento das matrículas na escola pública, que, por sua vez, tem aumentado o atendimento às NEEs, o que implica uma diminuição das matrículas nas escolas especiais e classes especiais da rede privada de ensino, sendo que, no ensino público, as matrículas nas redes municipais têm mantido um aumento contínuo e decorrente do atendimento crescente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Como professora da escola pública do Sistema Estadual do Rio Grande do Sul, tenho vivenciando um clima de interrogações e atitudes resistentes à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Muitas dessas atitudes têm origem na ausência de adequação da escola estadual para garantir o acesso e a permanência de alunos que necessitam de atendimento educacional especializado.

Buscando um outro contexto, fora da rede estadual de ensino, decidi pesquisar a estrutura e organização para a inclusão de alunos com NEE na Rede Municipal de Ensino de Camaquã.

Para desenvolvimento da pesquisa, procurei coletar dados junto à Secretaria Municipal de Educação, na pessoa da Coordenadora da Divisão responsável pelo desenvolvimento da Educação Especial na rede. Apresentei-lhe um total de 41 questões sobre as quais gostaria de obter informações, incluindo dados estatísticos e a indicação de uma escola da rede para visita, entrevista e observação.

Passo, então, à apresentação do município, da rede municipal de educação e, posteriormente, aos dados coletados e às observações realizadas.

4.1. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ

Camaquã está localizado na região Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul, situado a 127 km de distância da Capital, Porto Alegre.

De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (2007), a população do município é de 60.563 habitantes, distribuídos na área urbana e rural, sendo esta última de menor concentração populacional.

O município ocupa uma área territorial de 1.680 km², possuindo duas áreas de topografias distintas: a zona da várzea, onde predominam as grandes e médias propriedades, dedicadas à pecuária e às lavouras de arroz e soja; e a zona da Serra, onde predominam as pequenas e médias propriedades dedicadas ao plantio da soja, do milho, do feijão, do fumo e da mandioca.

A indústria de beneficiamento de arroz, moveleira, metal-mecânico e o comércio também contribuem para a economia do município, o qual congrega descendentes indígenas, portugueses, espanhóis, alemães, franceses, e poloneses. Devido à colonização portuguesa no Brasil, em nosso município a língua mais falada é o Português; no entanto, em virtude da imigração, fala-se também a língua alemã e a polonesa.

4.2 APRESENTAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMAQUÃ

A preparação para a inclusão de educandos com necessidades educativas especiais nas escolas públicas da rede municipal de Camaquã tem como marco o ano letivo de 2001. Os preparativos respaldados pelo Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/01 – geraram ações executadas em sequência, as quais objetivaram viabilizar a inclusão escolar dentro de uma lógica educativa voltada à diversidade.

Após a estruturação da própria SME, assumindo o papel de gestores da Educação Especial sob enfoque inclusivo, que só se concretizaria através das práticas pedagógicas das suas escolas, estas foram convidadas a se tornarem “Escolas Inclusivas”, tomando conhecimento da proposta de trabalho da Secretaria Municipal de Educação intitulada “Valorização da Vida através de uma Educação Humanizadora”. A partir daí e aos poucos, foram oportunizados cursos para estudo da legislação e temas diretamente ligados à inclusão escolar, assim como cursos mais específicos, como Braille e Libras.

Em 2007, todas as escolas públicas municipais reformularam suas propostas pedagógicas e declararam-se inclusivas em seus Regimentos, garantindo o acesso de educandos com NEE, e sinalizando, então, para a necessidade de adequação física e pedagógica para atendimento desses alunos.

Em 2008, a rede municipal de Camaquã foi contemplada pelo MEC com cinco salas de recursos multifuncionais que deverão entrar em funcionamento ainda em 2009, com o objetivo

de oportunizar atendimento educacional especializado aos alunos com NEE no espaço físico das escolas regulares. As salas multifuncionais foram idealizadas para funcionarem dentro de uma metodologia voltada ao desenvolvimento das potencialidades dos educandos com NEE, para que estes consigam transpor as dificuldades enfrentadas no ensino comum. A expectativa em torno das salas de recursos é de que se constituam espaços de intercâmbio entre o professor da sala multifuncional e do ensino regular, assim como o intercâmbio entre escolas vizinhas nas quais estejam matriculados alunos que necessitem de atendimento educacional especializado.

A escolha das escolas públicas municipais que serão contempladas, inicialmente, com as salas multifuncionais seguiu os critérios de localização, de forma que atendam, também, às escolas vizinhas, e de quantidade de alunos com NEE matriculados na própria escola. O atendimento será realizado por professores com formação em Educação Especial, curso de Braille, Libras e formação em Língua Portuguesa. Estão sendo anunciados cursos de formação específica sobre Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os professores que assumirem o trabalho nas salas de recursos multifuncionais.

Para desenvolvimento de ações comprometidas com o processo de inclusão de educandos com NEE nas escolas municipais de Camaquã, a SME tem buscado se beneficiar de programas do MEC, tendo acesso, principalmente, aos programas que proporcionam dar continuidade à formação docente. Tem estabelecido parcerias com instituições e universidades dentro do Estado (FADERS, FENEIS, UFPEL,...), do próprio município e com outras secretarias, como no caso do levantamento que está realizando, até dezembro de 2009, em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SMTA) junto ao MEC, através do programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola, para localizar crianças ou adolescentes com NEE, moradores na cidade ou no interior do município, que estejam fora da escola.

4.2.1 Dados Estatísticos da Rede Municipal de Educação de Camaquã

De acordo com o Censo Escolar 2008, a rede municipal de educação de Camaquã apresentou a seguinte configuração:

Tabela 2 – Matrícula Inicial – Rede Municipal de Ensino de Camaquã – Inep/Censo Escolar 2008

Matrícula Inicial – Rede Municipal de Camaquã – Inep/Censo Escolar 2008									
Ed. Infantil		Ens. Fundamental		EJA (presencial)	Ed. Especial				
Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ens. Fundamental	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	EJA Ens. Fundamental
448	327	2.962	2.820	535	zero	02	70	22	01

Inep/Censo Escolar 2008

Segundo a Secretaria Municipal de Educação – SME –, a rede municipal, atualmente, é composta por trinta e seis escolas de ensino fundamental, quatro escolas de educação infantil e três creches, totalizando, em maio de 2009, 7.221 educandos atendidos por 648 professores, distribuídos pelas diferentes modalidades e níveis de ensino, incluindo a EJA e as classes de pré-escolar com funcionamento nas escolas de ensino fundamental. A maioria dos professores possui graduação, são concursados na rede municipal, alguns monitores encontram-se em processo de graduação e em torno de 20% dos docentes são pós-graduados ou estão ampliando sua formação.

O município pretende atender em 2009, de acordo com os pedidos de avaliações encaminhados pelas escolas, aos seguintes números relativos à existência de educandos com necessidades educacionais especiais que estão frequentando classes comuns no ensino regular:

Tabela 3 – Quantidade de encaminhamentos para avaliações de acordo com o nível de ensino na Rede Municipal de Ensino de Camaquã

Ed. Infantil		Ensino Fundamental		EJA (presencial)
Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ens. Fundamental
14	17	209	28	10

SME – Camaquã – RS

Todas as escolas municipais são, regimentalmente, declaradas comprometidas com uma educação voltada à inclusão, verificando-se uma tendência à generalização do atendimento prestado aos educandos com dificuldades de aprendizagem e aos que apresentam necessidades educativas especiais, como é possível identificar no quadro a seguir, montado a partir dos dados e da tipologia informados pela Secretaria Municipal de Educação, com base nas informações e solicitações das escolas.

Cabe ressaltar que as tipologias transcritas a seguir constam do vocabulário das escolas nas solicitações enviadas à Secretaria ao justificarem, formalmente, seus pedidos de avaliações, formação de pessoal, recursos materiais e humanos para atendimento das necessidades educativas especiais. Mais especificamente, referem-se à hipótese de uma causa determinante do insucesso de crianças durante a alfabetização ou adolescentes com histórico de múltipla repetência.

Tabela 4 – Quantidade e tipologia de educandos com necessidades educativas especiais informadas pelas escolas da Rede Municipal de Ensino de Camaquã (continua):

Tipos de NEE	Quantidade de Educandos na Rede de Ensino Regular Municipal
Baixa Visão	05
Cadeirante	01
Deficiência Mental	01
Deficiência Auditiva	04
Deficiência Visual	03
Dificuldades Motoras não Especificadas	06
Dificuldades de Aprendizagem não Especificadas	100
Síndrome de Berardinelli-Seip	01
Síndrome de Down	02

Síndrome de Murf	01
Problemas de Linguagem não Especificados	43
Problemas de Saúde não Especificados	01
Problemas Psicológicos não Especificados	22
Transtorno de Comportamento não Especificado	02
TDAH	13
Transtorno Depressivo	02
TGD	06
Síndrome de Russell-Silver	01

SME – Camaquã – RS

Conclusão Tabela 4

Com o propósito de avaliar os educandos indicados pelas escolas, duas psicopedagogas estão percorrendo as unidades escolares para confirmação de alunos com necessidade de atendimento especializado.

De acordo com a coordenação do Centro Multidisciplinar, em fase de implantação, o processo de identificação de alunos com necessidades educativas especiais está sendo desenvolvido por meio de entrevistas com pais e professores, observação, testagem dos educandos, encaminhamentos à área da saúde para avaliação complementar e atendimento clínico quando for o caso, orientação, mediação e acompanhamento da escola mantido pela equipe da Secretaria Municipal de Educação com fins de apoio ao processo de inclusão.

O Centro Multidisciplinar, que constitui uma parceria entre três secretarias municipais – Saúde, Educação, Trabalho e Ação Social –, deverá proporcionar atendimento com fonoaudiólogo, neurologista, psicólogo, psiquiatra, técnico em enfermagem, terapeuta ocupacional, assistente social, arte-educadora, educador especial, pedagogo, psicopedagogo e oficial administrativo. A intenção da SME ao aliar-se à iniciativa de criação de um Centro Multidisciplinar é gerar uma ação integrada, priorizando os educandos das escolas municipais com necessidades educativas especiais ou dificuldades de aprendizagem, e desenvolvimento de atividades que sirvam de espaço de orientação e formação continuada para professores.

O Centro Multidisciplinar foi idealizado para benefício de crianças e adolescentes pertencentes à comunidade, matriculados ou não nas escolas municipais, pois a primeira expectativa da Secretaria Municipal da Saúde é deslocar profissionais da área da saúde mental e crianças ou adolescentes já em tratamento no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) para o espaço físico a ser estruturado para o funcionamento do referido centro e, através da parceria entre as três Secretarias, ampliar o atendimento à comunidade jovem do município.

4.3 DESCRIÇÃO DA ESCOLA

A escola selecionada foi indicada pela SME, devido à iniciativa do corpo docente de colocar em funcionamento uma sala de recursos, antes mesmo que fosse cogitada a solicitação ao MEC das salas multifuncionais ora esperadas.

A escola encontra-se situada na zona urbana periférica da cidade de Camaquã, atende a uma comunidade classificada economicamente como de baixa renda, carente e de pouco conhecimento formal.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico, a escola procura desenvolver uma metodologia para aprendizagem do aluno que utilize a interdisciplinaridade e a garantia de flexibilização do currículo.

Do contato informal com a escola, obtive a informação de que a mesma atende a quatro alunos com laudos de necessidades educativas especiais nos anos/séries iniciais do ensino fundamental; mais especificamente, um aluno no 3º ano e três na 4ª série.

De acordo com a professora da 4ª série, os laudos não especificam os tipos de NEE especiais de seus alunos. O aluno do 3º ano possui laudo clínico de Síndrome de Russell-Silver⁶.

Ambas as professoras encaminharam seus alunos ao espaço alternativo de aprendizagem com atendimento em turno inverso, idealizado pela escola, com vistas a atendimento aos alunos que estejam enfrentando dificuldades para desenvolvimento de suas potencialidades de forma geral, espaço ao qual a escola denomina de Sala de Recursos em um misto de Laboratório de Aprendizagem, por não atender somente aos educandos com necessidades educativas especiais já detectadas.

Entre as dificuldades apontadas pelas professoras e supervisoras para a inclusão de educandos com NEE no ensino regular, é dada ênfase à negação, ao baixo envolvimento e ao pouco ou nenhum conhecimento por parte das famílias em relação às necessidades de aprendizagem de seus filhos. Além desses aspectos, as professoras demonstram preocupação com o sentimento de despreparo para o trabalho que precisam realizar com os alunos com NEE. Gostariam de receber laudos específicos que as ajudassem a elaborar estratégias além das adaptações e do processo de avaliação diferenciada que já oportunizam aos educandos. Consideram positivo o trabalho pedagógico realizado em turno inverso – pela colega com formação em Pedagogia, no espaço improvisado como sala de recursos que aguarda materiais e autorização para se transformar em Sala de Recursos Multifuncionais – e o serviço de monitoria permanente em classe, com três alunos que necessitam de atendimento individualizado e auxílio contínuo. Citam que, para um determinado aluno que neste ano frequenta a 5ª série, estes auxílios, com os quais ele não pode contar atualmente, foram muito

⁶ Síndrome de Russell-Silver: a manifestação fonoaudiológica enfatiza aspectos craniofaciais e orais em detrimento da leitura e escrita, evidenciando a presença de prejuízo na modalidade escrita da linguagem, determinada primordialmente por déficit no processamento fonológico.

www.unifor.br/notitia/file/861.pdf

importantes para que avançasse das séries iniciais para as finais, embora suas dificuldades não tenham sido superadas, mas consideradas em desenvolvimento, dentro de um parâmetro fornecido pela trajetória do próprio aluno.

Ao indagar sobre os laudos e seus conteúdos, fui informada que atestam: dificuldades de aprendizagem; déficit de atenção; hiperatividade; deficiência motora. Dentro desse quadro carente de maiores especificações, os educandos são encaminhados à complementação pedagógica mediante pareceres dos professores da sala regular e entrevistas com as famílias, somando-se aos laudos médicos. A escola nutre a expectativa de poder encaminhar seus educandos para avaliação com equipe multidisciplinar, a partir da efetivação do Centro Multidisciplinar anunciado.

A propósito, questioneei sobre os critérios para encaminhamento dos educandos para avaliação e, posteriormente, à sala de recursos, e, ainda, se foram delineados no Projeto Político- Pedagógico da escola e respaldados na forma regimental – por exigência de SME, as escolas deverão reconstruir estes documentos e os Planos de Estudo ainda em 2009 sob orientação da própria Secretaria, a qual apontará pontos de relevância na organização do PPP, pontuando, entre outros aspectos, os encaminhamentos ao AEE.

Quanto à definição de uma metodologia para a aprendizagem dos educandos com NEE, a escola prefere agir com flexibilidade, baseada na experiência desenvolvida pelo professor em sala de aula, socializada no grande grupo em momentos de avaliação e reconstrução da prática pedagógica, pois a esses educandos são oportunizados os mesmos conteúdos em relação aos demais, com adaptações que se façam necessárias e avaliação diferenciada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebem-se na Rede Municipal de Educação do município de Camaquã ações em processo de desenvolvimento para que alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso à escolarização em classes comuns no ensino regular. A Secretaria Municipal de Educação – SME –, através da Divisão de Educação Especial, desempenha um trabalho atento às oportunidades advindas dos programas do MEC, com o objetivo de qualificar o atendimento educacional especializado no município.

Considero um aspecto importante a preocupação da SME com os encaminhamentos feitos pelas escolas com vistas ao atendimento especializado. Existe uma preocupação quanto à verificação da necessidade desses encaminhamentos no sentido de que as escolas não confundam necessidades educacionais especiais ligadas às diferentes deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação com as dificuldades de aprendizagem geradas a partir de transtornos funcionais específicos.

A propósito, com relação às quantidades informadas e aos termos frequentemente utilizados por algumas escolas, ao suporem uma condição de educandos com necessidades educacionais especiais, esses termos não se encontram referidos na literatura e legislação pertinentes à inclusão e à clientela da educação especial, enquanto que as quantidades passam a sinalizar para a necessidade de diagnosticar, também, os contextos escolares nos quais estes educandos se encontram inseridos.

Por exemplo: 100 alunos foram encaminhados para avaliação apontados como detentores de “*dificuldades de aprendizagem não especificadas*”; 43 alunos com “*problemas de linguagem não especificados*” e 22 alunos com “*problemas psicológicos não especificados*”.

Outros termos aparecem de modo menos frequente, porém, compondo uma mesma necessidade de elucidação: *transtorno depressivo; transtorno de comportamento; problemas psicológicos; problemas de saúde; problemas de linguagem; dificuldades de aprendizagem; dificuldades motoras* – todos esses “*termos*” são acompanhados da expressão “*não especificados*”.

Embora haja a preocupação com a identificação das necessidades educacionais especiais, não foi mencionada a existência nem a intenção de estruturar, dentro das escolas,

espaços pedagógicos alternativos disponibilizados aos educandos que apresentem transtornos funcionais específicos, o que pode responsabilizar, neste caso, unicamente, o professor da sala de aula comum pelo desenvolvimento de uma metodologia pedagógica diferenciada.

Durante a pesquisa, tive o privilégio de observar, de acordo com as instâncias envolvidas⁷, diferentes pontos de vista quanto à inclusão, os quais passo a comentar.

Primeira instância: A SME relata uma sequência de ações a partir de 2001 em uma ordem tão lógica que, teoricamente, teria alicerçado suas escolas para a inclusão de todos os alunos, com ou sem NEE.

Segunda instância: Na escola, percebi uma afinidade com os princípios da Declaração de Salamanca e apropriação do Parecer CNE nº 17/2001 e Resolução CNE/CEB 2/2001 quanto à caracterização das NEE. Por isso, encaminham ao atendimento complementar – com ou sem avaliação clínica ou psicopedagógica – todos os alunos que se desviam de um padrão de aprendizagem e que suponham compor um quadro de impedimento (temporário ou permanente) para avanços na escolarização, principalmente na fase de alfabetização. A equipe diretiva e a professora do atendimento complementar compartilham do “otimismo” da SME quanto a expandir as possibilidades de inclusão a partir da instrumentalização das salas de recursos multifuncionais com os recursos aguardados do MEC, a efetivação do funcionamento do Centro Multidisciplinar e o investimento na formação continuada dos professores. Destacam ainda a estrutura já oferecida pela escola com serviço de monitoria, laboratório de informática, laboratório de Ciências, rampas e sanitários adaptados, biblioteca, refeitório, quadra de esportes e área livre para intervalo do recreio.

Terceira instância: Ao entrevistar professoras do ensino regular, percebi algumas semelhanças com posicionamentos bastante comuns de serem encontrados, também, em outras redes de ensino. Elas se consideram despreparadas para o desafio de ensinar alunos com necessidades especiais e avaliam a estrutura da escola pública como, ainda, insuficiente para escolarização desses alunos. Enfatizam a necessidade de a escola obter laudos mais específicos que lhes indiquem um caminho para descobrir como ensinar essas crianças e afirmam precisar de orientação pedagógica para elaboração de atividades e apoio ao desenvolvimento das mesmas.

⁷ As instâncias são citadas na ordem em que foram entrevistadas.

Esses posicionamentos são indicativos do quanto são imprescindíveis a organização de uma rede de apoio também para os professores e a manutenção de políticas públicas voltadas à formação docente, com a finalidade de instrumentalizá-los para que se sintam capazes de se movimentar com segurança e autonomia, de acordo com os diferentes contextos propostos a partir das individualidades dos educandos com NEE.

Cabe salientar que uma questão enviada à SME não obteve resposta: quanto à previsão de investimentos no atendimento educacional especializado e na formação de professores para os próximos quatro anos. Trata-se de pontos importantes, diretamente ligados ao desenvolvimento pedagógico das escolas e elementar ao processo de inclusão.

Ao deslocar-me do contexto da escola pública estadual para o contexto municipal, apropriei-me de informações acerca de uma estrutura organizacional que vem se delineando lentamente.

Percebi que algumas das conquistas relatadas ainda estão por se concretizar. Em prática, há o investimento financeiro para que os espaços físicos das escolas passem a oferecer condições adequadas para acessibilidade, a contratação de monitores de acordo com as necessidades comprovadas pelas escolas e investimentos na atualização e formação de professores.

Junto à Secretaria Municipal de Educação e à escola, percebi a existência de um processo em desenvolvimento, permeado por boas expectativas por parte dos gestores para que, a médio e longo prazo, se possam incluir educandos com NEE em todas as escolas da rede.

No entanto, do ambiente da sala de aula, no qual os desafios pedagógicos realmente acontecem, colhi depoimentos referentes aos sentimentos de despreparo para mediação da aprendizagem de educandos com NEE. Trata-se de olhares diferentes emitidos de lugares diferentes; suponho que, pelo fato de os gestores desenvolverem um trabalho dentro de uma linha de ação técnico-administrativa, enquanto que os professores interagem com pessoas sob a responsabilidade de escolarizá-las e desenvolvê-las como seres humanos.

Observo que, atualmente, os programas do governo federal que beneficiam a rede municipal de ensino, os quais foram acessados com o objetivo de instrumentalizar as escolas municipais, também, estão ao alcance da rede pública estadual; o diferencial é que a rede municipal tem se mantido atenta às oportunidades e antecipado iniciativas para que

aumentassem as matrículas na rede, o que é positivo para obtenção de mais recursos materiais e financeiros, em uma caminhada que somaram oito anos sob a liderança dos mesmos gestores educacionais, fator que, suponho, tenha contribuído, até então, para a continuidade das ações que visam à transformação das escolas municipais em escolas inclusivas para as necessidades educacionais especiais.

A Rede Municipal, se comparada a outras redes de ensino, apresenta vantagens à escolarização de educandos com NEE, como:

- disposição favorável às matrículas na rede;
- processo instituinte de espaços para atendimento especializado;
- oportunidades de formação continuada para professores;
- transporte escolar;
- atendimento fonoaudiológico;
- assessoria psicopedagógica;
- desenvolvimento de ações em sistema de parcerias;
- acessibilidade física;
- monitoria em sala de aula.

Ao concluir esta pesquisa, que se delineou por investigar o processo de inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais nas escolas da Rede Pública Municipal de Camaquã, tive a oportunidade de aproximação de um contexto no qual a implementação da Educação Especial transita por ações e expectativas, que dificilmente se concretizarão em curto prazo; no entanto, percebi um movimento potencialmente favorável ao desenvolvimento dos processos inclusivos e à escolarização de alunos com NEE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, Cláudio Roberto. **Educação Inclusiva**. Ponto de Vista nº 3/4 – 2001/2002. Disponível em: http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_numeros_anteriores_0304.php. Acesso em: 11 de jun. 2009.
- BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990. Disponível em: <http://www.mauolemes.com.br/livroambiental.htm>. Acesso em 14 de março de 2009.
- BRASIL. Declaração de Salamanca. UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 14 de março de 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Janeiro de 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 02/01: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/resolucaocne.pdf>. Acesso em 14 de março de 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 13/2009: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: <http://agenciainclusive.wordpress.com/2009/07/22resolucao-n%C2%BA13-de2009-di...> Acesso em 22 de jul. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Educação Especial/SEESP. Parecer nº 13/2009 do CNE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view... Acesso em 24 de set. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação/Inep. Censo Escolar 2008. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2008.asp?metodo=1&ano=2008&UF=RIO+GRANDE+DO+SUL&MUNICIPIO=camaqua&Submit=Consultar. Acesso em 16 de jul. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação/Inep. Censo Escolar 2008. Disponível em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news09_01.htm. Acesso em 16 de jul. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação/Inep. Censo Escolar 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/arquivo08.htm>. Acesso em 16 de jul. 2009.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico. 2000. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso em: 03 de ago. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em 27 de maio de 2009.

CAMAQUÃ. Prefeitura Municipal. Dados gerais do município. Disponível em:
<http://www.camaqua.rs.gov.br/>. Acesso em 03 de ago. 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. 6ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 176p.

_____. Rosita Edler. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. 152p.

INCLUSÃO: Revista Educação Especial. Brasília, v. 4, nº 1, 61 p. jan./jun.2008.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Políticas nacionais de educação inclusiva** – discussão crítica da Resolução nº 02/2001. Ponto de Vista n. 3/4 – 2001/2002.

Disponível em: http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_numeros_anteriores_0304.php. Acesso em 11 de jun. 2009.

APÊNDICE A – Perguntas direcionadas à Secretaria Municipal de Educação – SME

- 1) Qual o número de escolas de ensino fundamental que constituem a Rede Municipal de Educação de Camaquã?
- 2) Quantos alunos são atendidos hoje no ensino fundamental na Rede Municipal? (matrícula total do município)
- 3) Quais os números da Educação Infantil nas diferentes faixas etárias? (matrícula geral de creches e pré-escolar)
- 4) Quantos alunos são atendidos atualmente na EJA?
- 5) Qual o percurso da Educação Especial nos últimos oito anos na Rede Municipal de Camaquã?
- 6) Qual o número que atualmente corresponde à matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais (já detectadas) incluídos na rede?
 - a) Ed. Infantil – Creche
 - b) Ed. Infantil – Pré-escolar
 - c) Ens. Fundamental séries iniciais
 - d) Ens. Fundamental séries finais
 - e) EJA
- 7) Quais os tipos de NEE se encontram incluídos hoje nas escolas municipais (cegos, baixa visão, surdos, transtornos do desenvolvimento – autismo, asperger, etc. –, Síndrome de Down, altas habilidades, outras)?
- 8) Como se encontram distribuídos nas escolas os educandos com NEE?
- 9) Quantos são os professores, hoje, em efetivo exercício de sala de aula na rede municipal?
- 10) Qual o nível de escolarização desses professores em exercício de sala de aula?
- 11) Quais as escolas com alunos incluídos? Quais as NEE por escola?
- 12) Quais as escolas selecionadas para funcionamento de Salas de Recursos Multifuncionais?
- 13) Qual o critério utilizado para seleção das escolas que receberão as Salas de Recursos Multifuncionais? Houve solicitação por parte das escolas?

- 14) Quais as NEE serão atendidas nas Salas de Recursos? Haverá um intercâmbio entre a própria rede com as escolas que não possuem essas salas? Haverá intercâmbio com as escolas estaduais?
- 15) Qual a formação exigida para os profissionais que trabalharão nas Salas de Recursos? Serão professores especialistas, generalistas com cursos de capacitação?
- 16) Qual a previsão para que as Salas de Recursos entrem em funcionamento? Depende de quais aspectos e fatores?
- 17) Qual o percurso para criação do Centro Multidisciplinar?
- 18) Qual a previsão para que o Centro entre em funcionamento?
- 19) Para qual clientela será direcionado o atendimento no Centro Multidisciplinar?
- 20) Com que profissionais o Centro Multidisciplinar contará? Que serviços serão oferecidos?
- 21) Qual o principal objetivo da criação do Centro Multidisciplinar?
- 22) Entre as finalidades de operacionalização do Centro Multidisciplinar, estariam: avaliações, emissão de pareceres e diagnósticos de educandos encaminhados pelas escolas?
- 23) Quais as principais metas, hoje, da SME para efetivar a inclusão nas escolas da sua rede?
- 24) O que é considerado, hoje, no contexto deste município, de suma importância para que se operacionalize a inclusão de alunos com NEE nas escolas da rede?
- 25) Qual o investimento já empregado na formação de professores e gestores com vistas à efetivação da inclusão?
- 26) Quais políticas/programas da Secretaria de Educação do Estado e/ou do MEC têm beneficiado e impulsionado o processo de inclusão escolar neste município?
- 27) Quais os investimentos previstos (futuros) para a Educação Especial na rede escolar municipal para os próximos anos?
- 28) Quais foram os parceiros da SME no processo de implantação de recursos (humanos, pedagógicos e materiais) nas escolas nos últimos oito anos?
- 29) Quais os parceiros atuais?
- 30) Que ações da SME merecem destaque para que o processo de inclusão de educandos com NEE venha se desenvolvendo?

- 31) Que ações seriam, hoje, necessárias para viabilizar a inclusão nas escolas municipais?
- 32) Que escolas mereceriam destaque de ações e pedagogia voltadas para a efetivação da inclusão na rede municipal, hoje?
- 33) Todas as escolas da Rede Municipal, hoje, são declaradamente, nos seus regimentos e PPP, “escolas inclusivas para NEE” ou se declaram inclusivas no sentido amplo?
- 34) O PPP, Planos de Estudo e Regimentos são de construção e autonomia da comunidade onde a escola se encontra inserida? Qual a participação da mantenedora (SME)?
- 35) Qual o encaminhamento dado aos alunos com NEE que estão fora da faixa etária de escolarização?
- 36) Todas as escolas municipais participam do regime de seriação? Existe alguma escola com classe de aceleração ou organizada por ciclos? Ou outra forma de organização?
- 37) Qual o nível de escolarização alcançado pelos educandos com NEE? Quais as estatísticas quanto ao acesso, permanência e conclusão do ensino fundamental?
- 38) Quais os tipos de necessidades educativas especiais que mais têm procurado matrícula nas escolas da rede municipal (mental, físico, múltiplos, surdos, cegos, hiperatividade/déficit de atenção, síndromes)?
- 39) As escolas municipais têm incluído educandos egressos de escolas especiais? (Ex. APAE)
- 40) Existem casos de conhecimento da SME de encaminhamentos feitos da escola regular para a escola especial?
- 41) A SME possui estatísticas/estudos que revelem, na comunidade, casos de crianças com NEE em idade de escolarização que estejam fora da escola?

APÊNDICE B – Perguntas direcionadas à Direção na Escola

- 1) Escola Visitada: E. M. E. F. João Belchior Marques Goulart
- 2) Em ____/____/09
- 3) Nº de alunos nas séries iniciais?
Nº de alunos nas séries finais?
- 4) Total de alunos com necessidades educativas especiais?
- 5) Em que séries/anos estão incluídos os alunos com necessidades educativas especiais?
- 6) Como se dá o processo de identificação dos alunos com necessidades especiais nesta escola?
- 7) Como se dá o encaminhamento dos alunos com necessidades educativas especiais à Sala de Recursos?
- 8) A escola oportuniza o atendimento na Sala de Recursos somente aos seus educandos ou estende esse atendimento a outras escolas?
- 9) Que tipo de necessidades educativas especiais possuem os educandos incluídos nesta escola?
- 10) A escola oportuniza um outro tipo de atendimento complementar à aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades ? Qual? Como funciona?
- 11) Como se deu a iniciativa de colocar em funcionamento uma Sala de Recursos nesta escola
- 12) O atendimento da Sala de Recursos consta do Projeto Político-Pedagógico da escola e encontra-se regimentado?
- 13) Quais os critérios que a escola adota para encaminhamento de um educando à Sala de Recursos? Existe a exigência de avaliação com laudo?
- 14) Espaço reservado a algo que a escola gostaria de destacar sobre a experiência e o trabalho em torno da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais:

APÊNDICE C – Perguntas direcionadas à Supervisão na Escola

- 1) Escola Visitada: E. M. E. F. João Belchior Marques Goulart
- 2) Em ____/____/09
- 3) Como a escola organizou seu espaço físico para os educandos com necessidades educativas especiais?
- 4) A escola possui rampas de acesso, barras de apoio, refeitório e banheiros adaptados?
- 5) De quais recursos didático-pedagógicos e/ou tecnologias assistivas a escola dispõe?
- 6) A escola fez adaptações curriculares para os seus educandos com necessidades especiais?
- 7) Que tipo de adaptações?
- 8) Como são avaliados os alunos com necessidades especiais?
- 9) Qual a forma de expressão de resultados utilizada para comunicar a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais?
- 10) O (a) profissional da Sala de Recursos participa das decisões do Conselho de Classe emitindo parecer sobre o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos?
- 11) Como se dá a comunicação entre a Sala de Recursos e a sala regular nas séries iniciais e nas séries finais do ensino fundamental?
- 12) Esta escola já teve como concluinte do ensino fundamental alunos com necessidades educativas especiais? Quantos? Com que tipo de necessidade especial?
- 13) Como os professores, a supervisão, a direção e os funcionários percebem a inclusão?
- 14) Quais as dificuldades ainda encontradas para a efetivação dos processos de inclusão nesta comunidade escolar?
- 15) Já houve casos de alunos com necessidades especiais que foram encaminhados ao EJA ou ensino profissionalizante devido à idade cronológica? Quantos casos?
- 16) A escola já teve algum caso de emissão de terminalidade específica a educandos com NEE no ensino fundamental?
- 17) Como se apresenta a relação entre escola e família no caso dos educandos com NEE?

APÊNDICE D – Perguntas direcionadas às Professoras do Ensino Regular

- 1) Série em que leciona:
- 2) Número de alunos na sala:
- 3) Quantidade de alunos com necessidades especiais de aprendizagem:
- 4) Quais os tipos de necessidades especiais de aprendizagem?
- 5) Quais os recursos de apoio com os quais a professora conta para desenvolvimento do trabalho de sala de aula para a inclusão dos educandos com NEE (monitores, recursos didáticos, sala de recurso, laboratório de aprendizagem, algum recurso de tecnologia assistiva, informática)?
- 6) Como a professora conduz a avaliação desses educandos?
- 7) Houve a necessidade de adaptação ou os alunos com NEE estão desenvolvendo os mesmos conteúdos dos demais? Que tipo de adaptação?
- 8) Na sua opinião, quais são as dificuldades ainda enfrentadas pela escola (de forma geral), para a efetivação da inclusão e promoção da aprendizagem dos educandos com NEE?
- 9) Espaço reservado a algo que você gostaria de destacar sobre a experiência e o trabalho em torno da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais:

APÊNDICE E – Perguntas direcionadas à Professora da Sala de Recursos

- 1) Escola Visitada: E. M. E. F. João Belchior Marques Goulart
- 2) Em ____/____/09
- 3) Qual a formação do (a) profissional responsável pelo atendimento na Sala de Recursos?
- 4) Quais os tipos de necessidades especiais são atendidas na Sala de Recursos?
- 5) Atualmente, quantos alunos se beneficiam do atendimento na Sala de Recursos?
- 6) Qual a participação e nível de intervenção do(a) titular da Sala de Recursos no ensino regular, quanto ao processo de aprendizagem e avaliação dos educandos com necessidades especiais?
- 7) Qual a periodicidade do trabalho em Sala de Recursos (quantidade de dias e horas) com os alunos com necessidades especiais?
- 8) Que método de trabalho é adotado, como intervenção, para desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades educativas especiais na Sala de Recursos?
- 9) De quais recursos a sala dispõe para o desenvolvimento do trabalho?
- 10) Quais os critérios para que um educando seja beneficiado do atendimento da Sala de Recursos?
- 11) Quem avalia se aluno(a) deve permanecer em atendimento na Sala de Recursos?
- 12) Espaço reservado a algo que você gostaria de destacar sobre a experiência e o trabalho em torno da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais:

APÊNDICE F – Autorização

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS DE INCLUSÃO – NEPIE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS INCLUSIVOS

Camaquã, outubro de 2009.

À
Direção da E.M.E.F. João Belchior Marques Goulart

Venho por meio deste solicitar à Direção deste estabelecimento de ensino municipal permissão para citar o nome da escola e utilizar as informações no texto da monografia de conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, por mim elaborado sob a Orientação do Prof. Dr. Claudio Baptista – UFRGS.

Comprometo-me a utilizar as informações unicamente para composição do texto da monografia, de acordo com as características de uma pesquisa qualitativa e de forma ética.

Atenciosamente,

Cândida Clenir da Costa Peres Westphal

Autorizado por: _____
Direção

Em ____/____/2009.

APÊNDICE G – Autorização

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS DE INCLUSÃO – NEPIE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS INCLUSIVOS

Camaquã, outubro de 2009.

À
Secretaria Municipal de Educação de Camaquã
Coordenação de Educação Especial

Venho por meio deste solicitar à Secretaria Municipal de Educação de Camaquã – Coordenação de Educação Especial – permissão para utilizar as informações obtidas, no texto da monografia de conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, por mim elaborado sob a Orientação do Prof. Dr. Claudio Baptista – UFRGS.

Comprometo-me a utilizar as informações unicamente para composição do texto da monografia, de acordo com as características de uma pesquisa qualitativa e de forma ética.

Atenciosamente,

Cândida Clenir da Costa Peres Westphal

Autorizado por: _____
Educação Especial – SME

Em ____/____/2009